



BANCA

BCE exige solução para impasse no BPI

O BCE exige uma solução rápida e definitiva para o impasse no BPI. A mensagem “dura” chegou ao banco e seus accionistas nas últimas semanas. A assembleia-geral desta quarta-feira deve ser decisiva.

MARIA JOÃO GAGO

mjgago@negocios.pt

O Banco Central Europeu (BCE) exige que os accionistas do BPI encontrem uma solução rápida e definitiva para o impasse que a instituição vive, sabe o Negócios. O supervisor entende que a decisão sobre o futuro do banco liderado por Fernando Ulrich não deve arrastar-se para além da assembleia-geral desta quarta-feira que decide sobre o fim do limite de votos no BPI e, por arrasto, sobre a oferta pública de aquisição (OPA) do CaixaBank.

Ao que o Negócios apurou, a posição do supervisor europeu foi transmitida ao BPI já depois de 6 de Setembro, data em que os accionistas do banco decidiram, pela segunda vez, suspender a assembleia-geral (AG) iniciada a 22 de Julho. É uma mensagem “dura”, reveladora da impaciência do BCE perante a dificuldade do BPI em encontrar uma solução que reduza a sua exposição a Angola, tal como exige a instituição liderada por Mario Draghi, segundo fontes contactadas pelo Negócios.

O supervisor europeu impôs que o BPI reduzisse a sua presença em Angola em Dezembro de 2014, definindo 10 de Abril de 2016 como data-limite para a adopção de uma solução. Depois de Isabel dos Santos ter inviabilizado a cisão dos activos africanos numa nova sociedade, o CaixaBank e a empresária chegaram a ter um acordo para resolver o problema. Mas a segunda maior accionista recuou.

Os catalães responderam com uma OPA ao BPI, levando o BCE a suspender um processo de contra-ordenação visando a instituição e a dar quatro meses, após o desfecho da operação, para o banco de Ulrich resolver o problema angolano. Já o Governo abriu caminho ao sucesso da oferta, ao aprovar legislação que levanta o limite de votos em reuniões para decidir o fim da blindagem proposto pela administração, contornando um eventual veto de Isabel dos Santos.

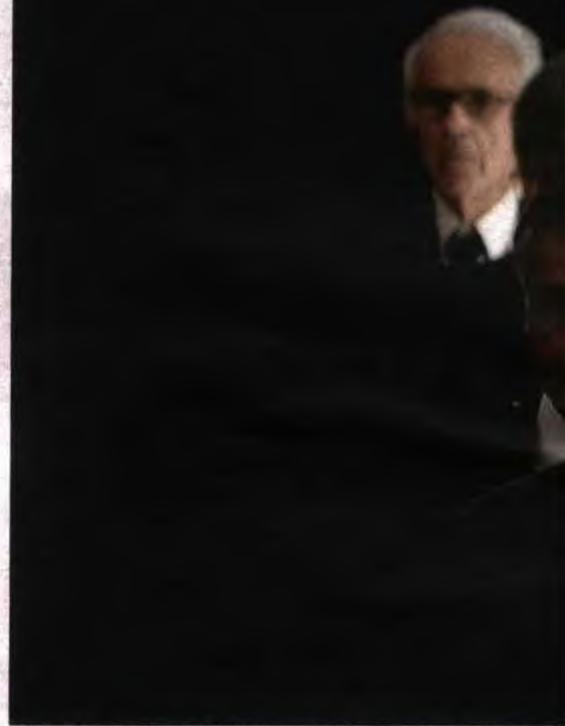
BCE quer sucesso da OPA

Mas a nova legislação ainda não permitiu aprovar o fim de limite de votos no BPI, que garante o sucesso da OPA do CaixaBank. A deliberação foi travada por duas vezes devido a duas providências cautelares apresentadas pela Violas Ferreira Finance (VFF) que, com 2,7%, é o maior accionista português do BPI.

Esta quarta-feira, terá de ser concluída a AG iniciada a 22 de Julho. Para darem ouvidos ao BCE, os accionistas têm de aprovar a desblindagem de estatutos, abrindo caminho a que o CaixaBank passe a ter 45,16% de direitos de voto (em vez dos actuais 20%) e tenha sucesso na OPA ao BPI.

Foi precisamente para tentar garantir que o desfecho da AG será favorável às pretensões do BCE que a administração do banco se reuniu esta terça-feira, num encontro extraordinário, revelado pelo Expresso. E a mudança de posição de Tiago Violas Ferreira, administrador da VFF, que, em entrevista ao Negócios e à Antena 1, considerou a OPA “inevitável”, depois de meses de contestação, também não será alheia à mensagem que o BCE fez chegar ao BPI.

Para que a reunião desta quarta-feira possa pôr fim ao limite de votos no banco, os Violas têm de retirar as providências cautelares que já por duas vezes impediram que a AG aprovasse a desblindagem de estatutos proposta pela gestão, iniciativa que, pela nova lei, é apreciada com o limite de votos suspenso. Se este recuo não se confirmar, a única alternativa para que a desblindagem seja aprovada é garantir que Isabel dos Santos não se opõe, já que a votação será feita com a blindagem em vigor. ■



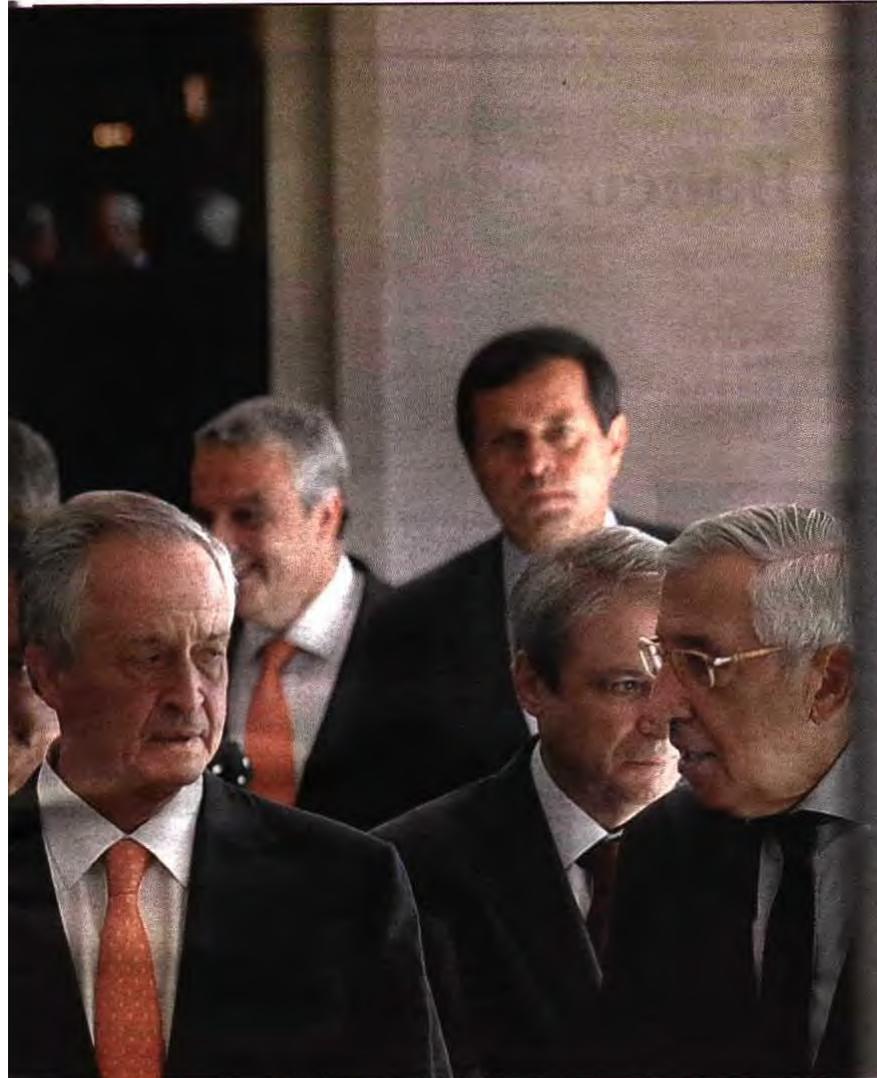
Os accionistas do BPI vão voltar a reunir-se esta quarta-feira em Serralves, no I

Advogado de Isabel dos Santos espera “que tudo se decidida” hoje

José Miguel Júdice está, desde o fim de Maio, a representar a Santoro no caso BPI. Advogado espera, como “toda a gente, que tudo se decida” na AG desta quarta-feira



Paulo Duarte



3 num encontro que deverá ser finalmente decisivo para o futuro do banco.

“Espero, toda a gente espera – accionistas, administração e colaboradores do BPI, tal como as entidades regulatórias de Portugal, Angola e o Banco Central Europeu –, que tudo se decida amanhã”, ou seja, esta quarta-feira, 21 de Setembro. É esta a expectativa de José Miguel Júdice, o advogado que, desde o final de Maio, representa Isabel dos Santos no caso BPI.

O fundador da PLMJ, que representará a Santoro na assembleia-geral (AG) do BPI desta quarta-feira, recusa explicitar de que forma é que a sua expectativa se vai traduzir no sentido de voto da empresária angolana. “Tenho dever de reserva”, justifica-se, em declarações ao Negócios. Mas a sua declaração expressa a convicção de que a reunião será decisiva para o futuro do banco de Fernando Ulrich.

Dependendo das propostas a votar na AG, que teve início a 22 de Julho e foi adiada duas vezes devido às providências cautelares apresentadas pelo Grupo Violas, Isabel dos Santos terá uma posição decisiva no desfecho do encontro. Se a contestação judicial não terminar antes da reunião, os accionistas do BPI apenas poderão votar a proposta de desblindagem de estatutos apresentada pela Violas Ferreira Finance, maior accionista português do banco.

A deliberação será tomada com o limite de votos em vigor, pelo que a sua aprovação exigirá que a empresária angolana aprove a iniciativa ou, no mínimo, se abstenha. Se Isabel dos Santos decidir votar contra, os 18,6% do BPI detidos pela Santoro serão suficientes para impedir a desblindagem de estatutos,

como aconteceu em Junho do ano passado.

Desde que Júdice representa Isabel dos Santos que a empresária angolana se tem absteído de votar. Foi o que aconteceu a 22 de Julho e 6 de Setembro último, quando foi decidido suspender a AG, que terá de ser concluída esta quarta-feira. No entanto, apesar de se fazer representar por um novo advogado, a empresária angolana continua a ter como estratega jurídico Jorge Brito Pereira, seu advogado tradicional e que até ao final do ano passado era sócio de Júdice na PLMJ. Brito Pereira está agora na Uría Menéndez Proença de Carvalho, escritório que, nalguns dossiês, tem trabalhado com o CaixaBank. Uma coincidência que terá levado a Santoro a escolher Júdice. ■

MARIA JOÃO GAGO

TOME NOTA

O que está em causa na AG do BPI

A assembleia-geral do BPI desta quarta-feira teve início a 22 de Julho, mas foi adiada duas vezes. Perceba o que atrasou a reunião e o que vai ser decidido.

DESBLINDAGEM AVANÇA PARA AFASTAR IMPASSÉ

Face à falta de acordo entre o CaixaBank e Isabel dos Santos para reduzir a exposição do BPI a Angola, exigida pelo BCE, os catalães lançaram uma OPA sobre o banco de Ulrich. Para a oferta ter êxito, é preciso pôr fim ao limite de votos no BPI. O Governo deu uma ajuda ao aprovar um diploma que prevê que, perante uma proposta da administração para desblindar estatutos, a assembleia-geral (AG) de accionistas decida sem que os votos estejam limitados.

VIOLAS IMPEDIU DECISÃO DUAS VEZES

Perante a nova legislação e para levar o CaixaBank a subir o preço da OPA (1,113 euros), o grupo Violas pediu uma AG e fez uma proposta para desblindar estatutos que, na verdade, queria chumbada – pela lei, não sendo da gestão, esta proposta é votada com o limite de votos em vigor. A administração fez uma proposta que, sendo apreciada sem blindagem válida, podia ser aprovada. Mas os Violas apresentaram uma providência cautelar que impediu a proposta da gestão de ir a votos a 22 de Julho e a 6 de Setembro.

FIM OU NÃO DO LIMITE DE VOTOS DECIDIDO

Esta quarta-feira haverá decisão sobre o limite de votos. Se os Violas retirarem as providências cautelares – contestam ainda a eleição da mesa da AG –, a proposta da gestão deve ser aprovada, já que não há limite de votos. Se as providências se mantiverem, só será votada a proposta dos Violas, cabendo a Isabel dos Santos a chave da decisão. A empresária pode eliminar a blindagem ou mantê-la, já que a decisão será tomada com limite de votos válido.

Silêncio sobre crédito do CaixaBank a Angola

O CaixaBank abriu uma linha de crédito a Angola. São 440 milhões de dólares, ou 400 milhões de euros ao câmbio actual, que permitem ao regime liderado por José Eduardo dos Santos financiar-se junto do banco catalão. O mesmo banco que tem, no BPI, um diferente accionista com a empresária Isabel dos Santos, filha do presidente angolano. O Público avançou que o regulador dos mercados em Portugal estava a averiguar. Oficialmente, os reguladores espanhóis, portugueses e europeus estão em silêncio sobre esta operação.

“O Banco de Espanha não dá informações sobre acções de supervisão relativamente a instituições concretas. Toda a informação obtida no exercício da sua função supervisora tem carácter confidencial”, indica o regulador da banca espanhola, que exerce funções de supervisão prudencial sobre o CaixaBank, ou seja, avalia a capacidade de disponibilizar esta linha de crédito sem prejudicar a sua situação. Do Banco Central Europeu, a resposta dada é a mesma: “Não fazemos comentários sobre instituições individuais.”

Já do mercado de capitais, nem a instituição de supervisão portuguesa CMVM, nem a espanhola CNVM responderam a questões do Negócios sobre o tema. O Público escreveu que o regulador sob o comando de Carlos Tavares estava a avaliar o âmbito do financiamento do banco catalão a Luanda, de forma a assegurar que não há um tratamento diferenciado entre os accionistas no âmbito da oferta pública de aquisição (OPA) lançada pelo CaixaBank sobre o BPI. Ao Negócios, foi dito por fontes ligadas ao processo que não havia ligação entre a OPA e o empréstimo. ■

DIOGO CAVALheiro



BCE força solução no BPI

Banco central aumentou a pressão e quer impasse resolvido na AG de hoje.